

CONTRATO CEDAE N.º **105** /2019 (DFI)

Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **BAUMINAS QUÍMICA N/NE LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, registrada na JUCERJA sob o nº 5000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, por seus representantes legais ao final assinados, Sr. HELIO CABRAL MOREIRA, Diretor Presidente e Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, doravante denominada **CEDAE** e a **BAUMINAS QUÍMICA N/NE LTDA**, situada na Rodovia Índio Tibiriçá, nº 4033, Raffo, Suzano/SP, CEP: 08620-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.647.365/0001-08, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por meio de seu procurador ao final assinado, Sr. LUIS PAULO PERIM, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 44.339.077-0 (SSP/SP), inscrito no CPF sob nº 378.890.328-70, residente e domiciliado na Rua Arno Tognetta, nº 401, Condomínio Spazzio Aramis Bloco 03, Aptº 205, Jardim Progresso, Americana/SP, CEP: 13.477-160, resolvem celebrar o presente Contrato de **AQUISIÇÃO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO**, com fundamento no processo administrativo nº **E-07/100.428/2018**, mediante **Pregão Eletrônico nº 317/2019 – ADPR-30**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006 e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente **CONTRATO** tem por objeto a "**AQUISIÇÃO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO**", itens 01 e 02 do Anexo I ao Edital, conforme tabela abaixo.

| Itens | Descrição | Quantidade (KG) |
|------------------------|---|-----------------|
| 01 (Cota Principal) | Hidróxido de Cálcio em Suspensão Aquosa | 78.750 |
| 02 (Cota Reservada) | | 26.250 |

*Especificação detalhada na proposta da contratada inserida às fls. 357/358 do processo E-07/100.428/2018 (volume 002)

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso a necessidade da **CEDAE** seja inferior à quantidade estimada de utilização do produto, considerar-se-á concluído o objeto ao final do prazo de vigência do contrato, ainda que haja saldo do produto a ser entregue, ressalvadas as situações previstas nos parágrafos primeiro e segundo da cláusula segunda.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de conclusão do objeto contratado sem entrega total da quantidade estimada do produto, conforme descrito no parágrafo primeiro, o contratado fará jus apenas ao recebimento do valor proporcional à quantidade efetivamente entregue.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **360 (trezentos e sessenta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento, sendo a entrega fracionada conforme previsto no Termo de Referência (Anexo III do Edital).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Admite-se a prorrogação do contrato se, ao final do prazo de vigência, ainda houver quantidade de produto a ser entregue, e desde que demonstrada a vantajosidade para a **CEDAE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Admite-se, ainda, a prorrogação do contrato no caso de acréscimo quantitativo de seu objeto, na forma do art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que demonstrada a vantajosidade para a **CEDAE**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº 317/2019 e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.
- e) manter o estoque mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus propositos à **CEDAE** ou terceiros.
- g) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 33.90.30.21
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 411110207
Centro de Custos: DP22020000
ID da Reserva Orçamentária: 2019000786

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 91.350,00** (noventa e um mil, trezentos e cinquenta reais), conforme tabela abaixo.

| Itens | Descrição | Quantidade (KG) | Valor Unit. (R\$) | Valor Total (R\$) |
|------------------------|---|-----------------|-------------------|-------------------|
| 01 (Cota Principal) | Hidróxido de Cálcio em Suspensão Aquosa | 78.750 | 0,87 | 68.512,50 |
| 02 (Cota Reservada) | | 26.250 | 0,87 | 22.837,50 |
| TOTAL | | | | 91.350,00 |

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

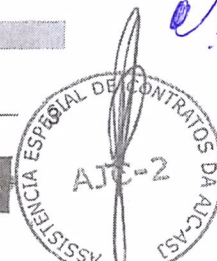
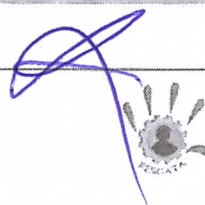
CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



A CEDAE deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 91.350,00 (noventa e um mil, trezentos e cinquenta reais)**, em parcelas, de acordo com as quantidades fornecidas e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material correspondente a cada parcela, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspensos pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

PARÁGRAFO QUARTO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUINTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO SEXTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO NONO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor das multas previstas na alínea "b", do item 18.1, e no item 18.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrado judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE** constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez Por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor

da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

PARÁGRAFO ÚNICO: As importâncias decorrentes de qualquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

PARÁGRAFO QUARTO - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

PARÁGRAFO SEXTO - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

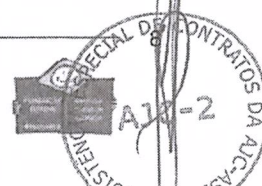
PARÁGRAFO OITAVO - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.




PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO- As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **03 (três) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 04 de SETEMBRO de 2019.

Pela **CEDAE**:

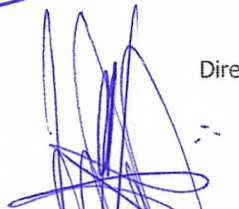


HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente



JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:



LUIS PAULO PERIM
Procurador

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: Valdirene Bonfain RG: _____

Ref. Contr-BAUMINAS-aquisição-de-hidróxido-de-cálcio-PE-317-2019-VBO

Valdirene Bonfain
RG 62.603 044-4
CPF 625.726.013-20

4. 2206664

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

IDENTIFICAÇÃO: Termo Aditivo I de Revisão Contratual ao Contrato nº 35/2018, assinado em 22.08.2019. **PARTE:** DER-RJ e a EMPRESA STRUTURA ASFALTOS S/A. **OBJETO:** Revisão contratual dos preços do contrato nº 35/2019. **VALOR:** 41.700.000,00. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993 Decreto Estadual nº 3.149/1980. **Processo nº E-17/003.003/006/2018.**

Id: 2206658

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação nº 02/2019
DATA DA ASSINATURA: 09 de setembro de 2019
PARTE: O Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança na pessoa de seu Secretário de Estado José Luis Cardoso Zamilh, doravante denominado ESTADO e Rock World S/A, doravante denominado ROCK WORLD, representado por seu Diretor Roberto Medina.
OBJETO: O Estabelecimento de parceria entre o Estado e a Rock World, visando à implementação de medidas que, a partir da realização do evento "Rock in Rio", promovam o Estado e as demais Cidades do Estado do Rio de Janeiro, como forma de multiplicar seus respectivos potenciais turísticos, gerando benefícios econômicos e culturais, principalmente pela geração de empregos diretos e indiretos, além do incremento de tributos e vendas de produtos e serviços em geral. Inclui-se ainda, o disposto no Parágrafo Único da cláusula primeira - Do Objeto.
PRazo: terá eficácia a partir da data de sua assinatura e vigência até 31 de dezembro de 2019. Poderá ser prorrogado, sucessivamente, por igual período, mediante expressa manifestação, se for de interesse dos participantes.

Id: 2206717

SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

***INSTRUMENTO:** Primeiro Termo Aditivo ao Contrato CC/SCSS nº 02/2018.

PARTE: Subsecretaria de Comunicação Social da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança e a Empresa CLARO S/A.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência contratual relativo à prestação de serviços de comunicação, multimídia - SMC.
PRazo: 12 (doze) meses, dando-se ao contrato o prazo total de 24 (vinte e quatro) meses.
VALOR: R\$ 4.872,00 (quatro mil oitocentos e setenta e dois reais).
DATA DA ASSINATURA: 02/07/2019.
FUNDAMENTO: Art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.
AUTORIZAÇÃO: PROCESSO Nº E-12002/603/2018.

***INSTRUMENTO:** Primeiro Termo Aditivo ao Contrato CC/SCSS nº 01/2018.

PARTE: Subsecretaria de Comunicação Social da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança e a Empresa Telemar Norte Leste S/A.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência contratual com acréscimo de quantitativo correspondente a 25% do valor inicial atualizado, relativo à prestação de serviços de telefonia fixa comutada - STFC.
PRazo: 12 (doze) meses, dando-se ao contrato o prazo total de 24 (vinte e quatro) meses.
VALOR: R\$ 55.117,40 (cinquenta e três mil cento e dezessete reais e quarenta centavos).
DATA DA ASSINATURA: 22/05/2019.
FUNDAMENTO: Arts. 57, inciso II, 55, inciso III e 58, inciso I, c/c 65, inciso I, e seu § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.
AUTORIZAÇÃO: PROCESSO Nº E-12/002/603/2018.
*Replicados por terem saído com incorreção no D.O. de 15/07/2019.

Id: 2206548

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Doação, assinado em 12/08/2019. **PARTE:** Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - Proderj e o Instituto Estadual de Hematologia "Arthur de Siqueira Cavalcanti" - Hemorio. **OBJETO:** Doações de Bens Móveis. **PROCESSO Nº E-12/211/664/2019.**

Id: 2206442

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 096/2019 (DRI).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a FRANKLIN ELECTRIC INDUSTRIA DE MOTOBOMBAS S/A.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) CONJUNTOS DE MOTOR BOMBAS SUBMERSÍVEIS PARA SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DAS UNIDADES DE BOMBAMENTO DOS BOOSTERS ALPHAVILLE, MERV E TENENTE CELIO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DA CIDADE DE MACAÉ.
PRazo: 45 (quarenta e cinco) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 45.332,60 (quarenta e cinco mil trezentos e trinta e dois reais e sessenta centavos).
DATA DA ASSINATURA: 04/03/2019.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.466/2019 (Dispensa de Licitação nº 001/2019 - DRI -).

Id: 2206077

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 105/2019 (DPI).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a BAUMINHAS QUÍMICA NINE LTDA.
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO", itens 01 e 02 do Anexo I ao Edital.
PRazo: 360 (trezentos e sessenta) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 91.350,00 (noventa e um mil trezentos e cinquenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 04/09/2019.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.428/2018 (Pregão Eletrônico nº 317/2019 - ADPR-30).

Id: 2206514

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 080/2019 (DPE).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: SERVIÇO DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO CONTINUADA.
PRazo: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R\$ 621.595,44 (seiscentos e vinte e um mil quinhentos e noventa e cinco reais e quarenta e quatro centavos).
DATA DE ASSINATURA: 28/08/2019.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.338/2019 (Dispensa de Licitação - DL nº 005/2019 - DPE -).

Id: 2206516

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 139/2018 (DS).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a SENIC - SERVIÇOS DE ENGENHARIA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual e reatificação de itens da planilha orçamentária, com acréscimo de valores.
PRazo: 150 (cento e cinquenta) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 332.872,60 (trezentos e trinta e dois mil oitocentos e setenta e dois reais e sessenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 02/09/2019.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.509/2017 (Tomada de Preços nº 105/2018 - ASL-1.1).

Id: 2206515

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

AVISO

CONTRATO CEDAE Nº 035/2015 (DP)
PARTE: Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e Escritório NELSON WILIAN & ADVOGADOS ASSOCIADOS
DECISÃO: A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE resolve, por meio de seu Diretor-Presidente, INDEFERIR O RECURSO INTERPOSTO PELO ESCRITÓRIO NELSON WILIAN & ADVOGADOS ASSOCIADOS, ATRAVÉS DO RD-RJ Nº 338/2019. AUTUADO ÀS FLS. 9017 A 9025, E APLICAR A PENALIDADE DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA, PELO PRAZO DE 01 (UM) ANO, a partir da data desta publicação, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso SEM EFEITO SUSPENSIVO contra a decisão de fls. 9039 do Processo nº E-17/100.129/2014.

Id: 2206536

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 634/2019 - ADPR-31
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PAINEL DE COMANDO ELÉTRICO PARA 4 MOTORES ELÉTRICOS DE 400CV DE 447V.
DATA DA ETAPA DE LANCES: 23/09/2019 - HORÁRIO: 11:00 horas.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br
O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3529 e 2332-3531, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2206621

Secretaria de Estado de
Governo e Relações Institucionais

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO E PERMANENTE

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO E PERMANENTE DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, torna pública e para conhecimento dos interessados, que fará realizar no portal de compras do Estado do Rio de Janeiro SIGA a Licitação, abaixo mencionada:

PREGÃO ELETRÔNICO: 007/2019.
OBJETO: O objeto do presente pregão eletrônico é a aquisição de 26 (vinte e seis) balões publicitários, do tipo mini blimp, personalizados, para atender as demandas da Operação Lei Seca, na forma do Instrumento Convocatório.
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.
PROCESSO Nº SEL-15/001/003209/2019.
DATA DA ABERTURA PARA ACOPLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 10/09/2019, 09:00 (horário de Brasília - DF).
DATA DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 23/09/2019, 11:00 (horário de Brasília - DF).
LOCAL: www.compras.rj.gov.br

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida via impressa na Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, localizada à Rua Pinheiro Machado, s/nº, Palácio Guanabara, Edifício Anexo, 4º andar, Laranjeiras, CEP: 22231-090, Rio de Janeiro/RJ, mediante permuta por 01 (uma) resma de papel modelo A4.

Id: 2206680

Secretaria de Estado de Fazenda

COMISSÃO DE PREGÃO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna pública que fará realizar no Portal de Compras do Estado do Rio de Janeiro a licitação, abaixo mencionada:

PREGÃO ELETRÔNICO SEFAZ-RJ Nº PE 005/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar serviço comum de engenharia, que consta em: Reforma e limpeza das fachadas, piso da cobertura e casa de máquinas do Edifício sede da SEFAZ, localizada na Avenida Presidente Vargas, nº 670 - Centro - Rio de Janeiro.
TIPO: Menor Preço Global por Item
LIMITE DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: 24/09/2019, às 09h50minh
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 24/09/2019, às 10h00minh
SESSÃO: 24/09/2019, às 10h00minh
PORTAL ELETRÔNICO: www.compras.rj.gov.br
PROCESSO Nº E-04/177/100011/2018

Id: 2206547

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DO FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIO-PRÉVIDÊNCIA torna pública que fará realizar a seguinte licitação:
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2019
OBJETO: AQUISIÇÃO DE LÂMPADAS

Id: 2206728

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

DATA DE REALIZAÇÃO: 20/09/2019, às 11:00h
ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.compras.rj.gov.br
O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico acima ou poderão adquirir cópia na sede do RIO-PRÉVIDÊNCIA, sito à Rua da Quitanda, nº 106, 3º andar, nos dias 11, no horário das 10h às 17h, mediante permuta de 01 (uma) resma de papel no formato A4, 75g/m².
Outras informações sobre a presente licitação através do telefone 2332-5329 ou 2332-5330.

Id: 2206579

Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Econômico, Emprego e Relações Internacionais

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 3º Termo Aditivo e de Rerratificação ao Contrato nº 05/2017.

PARTE: Estado do Rio de Janeiro através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais e a Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S/A - EBEC.
OBJETO: Suprimento quantitativo do Contrato nº 005/2017, relativo a prestação de serviços de locação de veículos.
VALOR CONTRATUAL SUPRIMIDO: R\$ 73.092,23 (setenta e três mil noventa e dois reais e vinte e três centavos).
VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 404.491,00 (quatrocentos e quatro mil quatrocentos e noventa e um reais).
DATA DA ASSINATURA: 05/09/2019.
FUNDAMENTO DO ATO: PROCESSO Nº E-22/001/362/2017.

Id: 2206424

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO intima o Licitador Público JADER DIAS DE FREITAS, matrícula nº 73, a respeito do julgamento de Processo Administrativo Disciplinar nº E-22/0115/4/2019, nos termos do art. 50, § 5º, da Instrução Normativa DREI nº 17/2011, que será realizado pelo Plenário da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em sessão que ocorrerá no dia 23 de outubro de 2019, às 13:00 h, na Av. Rio Branco, nº 10, 4º Andar, Sala Marca Aurélio Sayão Parente.

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO intima a Licitadora Pública ALESSANDRA ARAÚJO DOS SANTOS SOARES, matrícula nº 162, a respeito do julgamento de Processo Administrativo Disciplinar nº E-22/0111/4/2019, nos termos do art. 50, § 5º, da Instrução Normativa DREI nº 17/2011, que será realizado pelo Plenário da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em sessão que ocorrerá no dia 22 de outubro de 2019, às 13:00 h, na Av. Rio Branco, nº 10, 4º Andar, Sala Marca Aurélio Sayão Parente.

Id: 2206683

LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Fomento nº 719/2019 - CONVERJ
ASSINATURA: 06/09/2019
PARTE: LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LOTERJ (CONCEDENTE) e a CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (PARCEIRA)
OBJETO: O presente Termo de Fomento tem por objeto fornecer de acompanhamento terapêutico para crianças e adolescentes vítimas de violência física, psicológica, sexual e de negligência, objetivando melhor qualidade de vida, melhora no relacionamento intrafamiliar e possível rompimento da violência, de acordo com o Plano de Trabalho devidamente aprovado pela CONCEDENTE, que passa a fazer parte integrante deste TERMO DE FOMENTO, PROGRAMA CUIDAR, independentemente de transcrição.
DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 1.190.253,66 (um milhão, cento e noventa mil duzentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos)
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 13.019, de 31.07.2014, Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, Lei Estadual nº 287, de 12.04.1979, Lei Estadual nº 5.981, de 03.08.2011, os Decretos Estaduais nº 43.463 de 14.02.2012 e nº 44.879, de 15.07.2014, no que couber, e pelas demais disposições legais aplicáveis à matéria, assim como pelas cláusulas e condições do presente termo.
GESTORA: ROSE MARY SUETH DE OLIVEIRA - ID Funcional nº 118870-2
PROCESSO Nº E-22/006/64/2019.

Id: 2206598

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, EMPREGO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

***INSTRUMENTO:** Contrato nº 003/2019.
ASSINATURA: 16/08/2019.
PARTE: LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LOTERJ e o CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ.
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de Controle e Acompanhamento de processos e documentos, considerando-se o desenvolvimento, manutenção e compartilhamento de Softwares necessários à execução do Sistema de Controle de Processos - UPO na forma da Proposta de Prestação de Serviços nº 039/2019 do Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ.
VALOR: Valor Estimado de R\$ 32.166,87 (trinta e dois mil cento e sessenta e seis reais e oitenta e sete centavos).
PRazo DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato deste instrumento no D.O.
FUNDAMENTO: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como pelas cláusulas e condições inerentes ao Contrato nº 003/2019.
PROCESSO Nº E-22/005/11/2019.
*Omitido no D.O. de 05/09/2019.

Id: 2206728

Secretaria de Estado de Polícia Militar

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 057/2019. **INEXIGIBILIDADE.** **PARTE:** Secretaria de Estado de Polícia Militar e a Empresa GRUPO COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS. **OBJETO:** Aquisição de Munição Calibre .40 Expo Gold Comm, para suprir a demanda e as necessidades da SEP. **PRazo:** 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação em D.O. **VALOR TOTAL:** R\$ 7.037.600,00 (sete milhões, trinta e sete mil e seiscentos reais). **DATA DA ASSINATURA:** 06/09/2019. **FUNDAMENTO DO ATO:** O decidido no Processo Administrativo nº E-35/192/51/2019.

Id: 2206601